



O BRASIL E A ÁFRICA SUBSAÁRICA

Roberto Gomes Pereira

Capitão-de-Mar-e-Guerra, da Turma de 1954, promovido ao posto atual em 30 Abr 76.

Possui os cursos da Escola Naval, de Aperfeiçoamento (Comunicações), de Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval, de Planejamento de Operações Anfíbias na Marinha dos EUA, e Superior de Guerra Naval.

Foi Observador Militar da ONU na Índia e no Paquistão (1965/66), Instrutor da Escola de Guerra Naval (1972/73), Instrutor e Encarregado da Área de Estudos de Operações Navais da Escola de Guerra Naval (1975/77).

É atualmente o Encarregado do Curso Superior de Guerra Naval da Escola de Guerra Naval.

Os pontos de contato

Quando Portugal lançou-se à empreitada das Índias, a costa ocidental da África forneceu os indispensáveis pontos de apoio. A chegada ao Brasil foi uma decorrência natural daqueles deslocamentos para o sul; durante muitos anos, a viagem para as Índias, contornando a África, incluía o Brasil como escala, não só por razões comerciais, como de navegação. Angola, até certa altura de nossa vida colonial, era subordinada administrativamente ao governo central no Brasil. Tal era a visão geopolítica portuguesa na época, que os levou a temer, quando de nossa independência, que tentássemos anexar a Guiné e Angola.

A princípio, então, o mar nos uniu; posteriormente, a partir da interrupção do tráfico negreiro, os contatos diretos foram interrompidos, subsistindo o isolamento quase absoluto. No momento, estamos traçando os árduos caminhos de uma reaproximação muito importante para ambos os lados, condôminos de um grande oceano e personagens da grande batalha do desenvolvimento.

Não resta dúvida de que o Brasil é, potencialmente, um dos países do mundo com melhores condições para o trato com a África Negra, principalmente depois da instalação dos cinco países de língua portuguesa.

Antes de mais nada, existem os laços históricos, decorrentes de quase 300 anos de intercâmbio com a costa ocidental da África, no comércio de negros para o trabalho escravo. A história de uma tal epopéia bem como suas conseqüências sobre os países de ambos os lados do Atlântico ainda oferecem inúmeros ângulos de pesquisa e interpretação não explorados, fato que certamente levará estudiosos de ambos os lados a aprofundarem seus estudos na matéria.

São também nítidas nossas afinidades de ordem cultural, pelo convívio prolongado com culturas negras de várias procedências. Como resultado, o quadro cultural brasileiro evidencia a influência africana na língua, nos costumes, na música, nas artes em geral, inclusive a culinária. Em contrapartida, existem núcleos "brasileiros", pelo menos na Nigéria e em Benin (ex-Daomé), formados por ex-escravos que retornaram após a Abolição, levando consigo e incorporando à respectiva sociedade algo de nossa experiência de vida. Sem falar nos países de língua portuguesa, com os quais compartilhamos os diversos valores da ex-metrópole, e que melhores condições têm, portanto, de apreciar nossa arte e compreender nossas intenções.

O Brasil oferece uma outra faceta atraente, aos olhos africanos, relacionada com os nossos esforços para compor uma sociedade multirracial, integrando uma população negra de consideráveis proporções, sempre tratada, em termos jurídicos e políticos, em absoluto pé de igualdade com outras etnias. Tal fato é tão mais importante quando verificamos a aversão dos países negros à política discriminatória da África do Sul, e os problemas que enfrentam os EUA com a questão dos direitos civis das populações negras e sua efetiva incorporação ao contexto nacional.

Outros aspectos ainda podem ser levantados, que caracterizam pontos de contato e de aproximação do Brasil com a África. De uma maneira genérica, eles dizem respeito à nossa luta por um desenvolvimento harmonioso no campo político, econômico e social, esforço que também desenvolvem os países do outro lado do Atlântico, bem como a nossa identificação com certos problemas e reivindicações do chamado Terceiro Mundo, tais como a luta contra a desigualdade entre grupos sociais, a implantação de uma nova ordem jurídica internacional que proteja o legítimo direito ao desenvolvimento e ao bem-estar da população, e a não-intervenção nos assuntos internos de cada país.

Também pode ser ressaltado que nossas dimensões continentais, a abundância de recursos, o desenvolvimento da indústria, da agricultura e do setor terciário também representam pólos de interesse para a África, na medida em que respondem às necessidades típicas de países em formação, nas mesmas faixas tropicais e subtropicais do mundo.

É importante constatar, contudo, que existem também entraves relevantes, que tendem a limitar nossa capacidade de aproximação com países da África,

principalmente os de política mais radical. O primeiro a ser mencionado é o nosso envolvimento político-diplomático secular com a Europa e os EUA, com países, portanto, tratados genericamente como "colonialistas" e "neocolonialistas". Principalmente no caso de nossa política com relação a Portugal, antes do 25 de Abril, que nos levava à abstenção, nos foros internacionais, sempre que a política colonialista portuguesa estava em jogo. Também o nosso estágio atual de desenvolvimento, se por um lado pode oferecer soluções passíveis de adoção por países da mesma faixa tropical, por outro nos coloca na situação singular de, não podendo ainda ser integrados ao mundo industrializado, não podemos também aceitar todas as teses propostas pelos países do Terceiro Mundo, tanto por razões econômicas como político-ideológicas.

Os interesses brasileiros

A análise de nossos interesses na África Ocidental e Meridional deve partir de uma constatação global e genérica, qual seja a de que, devido aos enormes avanços da tecnologia, principalmente no setor militar e da troca de informações, é crescente a internacionalização dos problemas, ao mesmo tempo que se torna inevitável a interdependência dos interesses. Isto é um fato de nossos dias, quando assistimos à crescente interpenetração entre política interna de cada país com aquela que se desenvolve em nível internacional, a tal ponto que as maiores modificações no sistema internacional, nos últimos tempos, têm resultado, antes, de revoluções e crises internas que de guerras entre países.

Ao mesmo tempo, a capacidade de destruição das grandes potências faz com que a política internacional caminhe no sentido da moderação, pelo receio do confronto nuclear. Tal circunstância decorre das novas e especiais condições para o uso da força, e traz como consequência, entre outras, uma nova espécie de liberdade de ação para os países mais fracos, não somente no debate de questões delicadas em organismos internacionais, como na prática da vida internacional, como no caso concreto e extremo da intervenção armada de Cuba na África. O fato fundamental é que, paralisadas pela própria força excessiva, as superpotências foram obrigadas a rever seus interesses vitais, assumindo uma escala de valores inteiramente nova. No entendimento estabelecido entre as duas, certo tipo de crise deve ser necessariamente evitado; as guerras convencionais, embora permitidas, devem ser limitadas a uma área geográfica que não ofenda os melindres da outra superpotência, como atestam os exemplos recentes do Vietnã e de Angola. Em qualquer circunstância, as superpotências devem exercitar a autocontenção, o que tem sido um dado da maior importância, não só pelos seus reflexos psicológicos sobre as lideranças, como também pelo caráter essencial de seus efeitos políticos no mundo contemporâneo.

Outro fator que contribui para a moderação da política internacional é a existência de novos campos abertos à competição entre os Estados, além dos tradicionais campos militar e diplomático. Com efeito, as disputas entre nações são agora desenvolvidas em diversos setores de atividades, tais como comércio exterior,

mercado financeiro, ajuda técnica, tecnologia militar, pesquisa e exploração espacial e dos mares, e outros de menor repercussão. Assim, não pode haver dúvida quanto à importância sempre crescente dos organismos, grupamentos, agências e assembleias internacionais, onde as nações menos poderosas, fortalecidas pelo voto unitário, podem defender seus pontos-de-vista e, eventualmente, impô-los às grandes potências industriais. A tendência do mundo, então, no campo político, é usar cada vez mais a diplomacia parlamentar ou multilateral, caso em que os países da África Ocidental e da África Austral, exceto os de minoria branca, têm efetivas condições de influência. Convém, portanto, ao Brasil manter as suas relações com tais países no melhor nível possível, no resguardo de possíveis interesses nacionais.

As ex-colônias portuguesas, por exemplo, sofrem os efeitos das lutas empreendidas e seguem política radical, cujos reflexos nos podem ser desfavoráveis. Entretanto, parece inevitável que, mais cedo ou mais tarde, os países de língua portuguesa venham a encontrar níveis adequados de entendimento, por força das inúmeras afinidades que possuem. Todo esforço do presente deve, portanto, ter em vista tal perspectiva e perseguir objetivos no futuro, como tem sido, aliás, o procedimento brasileiro.

Assim, em julho de 1974, reconhecemos o Governo de Guiné-Bissau, dois meses antes de Portugal, como que a revelar uma mudança clara em relação a atitudes passadas que nos comprometiam na África. Do mesmo modo, reconhecemos os governos marxistas de Moçambique e de Agostinho Neto, em Angola.

No caso de Moçambique, não houve motivo de controvérsia, pois os EUA já o haviam reconhecido no devido tempo, dando respaldo às adesões posteriores. Não foi o caso, entretanto, de Angola, cujo governo, até hoje, não foi reconhecido pelos EUA (nem pela China), que, inclusive, não permite sua entrada na ONU sob a alegação de que possui tropas estrangeiras em seu território, contrariando princípios da Carta Magna da Organização. O Brasil, para agir como o fez, considerou a prioridade de seus interesses futuros, e fez uso da sua política pragmática, ao constatar o efetivo controle exercido pelo MPLA sobre a capital e a maior parte do país. Além do mais, se não reconhecesse a independência de Angola nos primeiros momentos, teria enormes dificuldades para fazê-lo mais tarde, dada a radicalização de sua política. Na verdade, o Brasil se preparou, com a devida antecedência, para tal eventualidade. Desde a instalação do governo de transição destinado a preparar a independência, em 31 de janeiro de 1975, foi colocada, em Luanda, uma Representação Especial, correspondente, na prática, a uma Embaixada, sendo o único país a adotar semelhante procedimento.

O reconhecimento dos regimes das ex-colônias portuguesas, particularmente nos casos de Guiné-Bissau e Angola, em que nos antecipamos aos demais países, deve ter demonstrado publicamente, e de maneira categórica, a nossa solidariedade aos princípios básicos do "nacionalismo africano".

A política africana do Brasil teve um momento importante em 1972, quando o Ministro das Relações Exteriores Mário Gibson Barbosa efetuou uma longa e bem preparada visita a dez países africanos. Naquela época, carregávamos sobre os

ombros os reflexos negativos da política colonialista de Portugal, que não queríamos hostilizar; não obstante, entre outros objetivos, a viagem serviu para tornar público que nós temos um interesse definitivo naquela parte do Atlântico. A nosso ver, trata-se de uma visão geopolítica de extrema validade, que considera o Oceano Atlântico, antes como um traço de união entre nossos povos, culturas e interesses, do que uma barreira líquida a dificultar o entendimento.

Desde então, diversos ministros, autoridades e delegações de vários países africanos têm visitado o Brasil, e vice-versa. No corrente ano, já nos visitaram os Ministros do Exterior da Nigéria e do Togo, sendo esperados o Presidente do Senegal e ministros de Gana, Costa do Marfim e Maurítânia.

Dos países acima mencionados, a Nigéria, o Senegal e a Costa do Marfim têm especial significado político, pelo que representam no cenário africano. A Nigéria é um dos mais ricos países da África e exerce uma segura e discreta liderança sobre os países negros, enquanto os presidentes do Senegal, Leopold S. Senghor, e da Costa do Marfim, Félix Houphouët-Boigny, têm inquestionável prestígio dentro e fora do continente, como prova a pressão que fizeram, com sucesso, para envolver a França na questão do Zaire.

O nosso relacionamento com a África do Sul, que seria importante por razões estratégicas e de ordem econômica, está prejudicado, no campo político, pela restrição incondicional à política do *apartheid*, no que acompanhamos todos os países da África e demais países da comunidade internacional. Do mesmo modo, pesam no plano político nossas restrições ao governo racista e ilegal da Rodésia e nosso apoio à independência da Namíbia.

Tais atitudes são, aliás, coerentes com nossa própria estrutura como nação e estão de acordo com nossa atitude simpática às teses de autodeterminação e não-intervenção. Entretanto, é necessário frisar que nosso alinhamento em tais questões fundamentais para o mundo subdesenvolvido apresenta gradações ditadas por nossos interesses nacionais e que, às vezes, são mal interpretadas. Assim é que, com relação à África do Sul, apesar das restrições, é nossa convicção de que o isolamento total seria contraproducente, na medida em que só faria tornar mais crítica a situação das populações negras discriminadas pelo *apartheid*; na prática, parece que estamos sobrepondo interesses econômicos a valores éticos e morais.

No campo econômico, residem nossas melhores esperanças e são concentrados nossos esforços mais palpáveis. Nossos interesses no mercado africano decorrem de contingências de nosso modelo de desenvolvimento, que dá ênfase às exportações com o duplo propósito de obter divisas para custear nossas importações e de alcançar uma economia de escala, aumentando assim a eficácia do sistema produtivo e o nível de emprego. O comércio exterior é, portanto, um instrumento de nosso próprio desenvolvimento, devendo ser constantemente incrementado e diversificado, como meio de melhorar nosso poder de barganha e diminuir a dependência.

Tanto a África Ocidental como a África Meridional oferecem condições excepcionais, tanto no presente quanto em futuro próximo, que justificam os esforços feitos para superar as inevitáveis dificuldades. Esta esperança no sucesso de nossas relações comerciais com os países africanos é alicerçada em certos condicionantes especiais, que analisamos em seguida.

O atual estágio de nossa economia permite oferecer uma certa variedade de bens e serviços que são normalmente procurados pelos países africanos, como atestam os inúmeros negócios já realizados e o interesse demonstrado pela abertura de outros. Na Nigéria, por exemplo, o Brasil pôde efetivamente participar de vários setores do ambicioso programa quinquenal de investimentos, da ordem de 50 bilhões de dólares, que os recursos do petróleo tornam inteiramente viável. A concorrência para a obtenção das encomendas é, naturalmente, muito grande, sendo cada dólar arduamente disputado por ingleses, alemães, norte-americanos e japoneses. A despeito disso, as exportações brasileiras cresceram de três e meio milhões de dólares, em 1973, para mais de oitenta e três milhões de dólares, em 1976, graças às vendas realizadas por cerca de 40 empresas, incluindo veículos, casas pré-fabricadas e alimentos. Uma firma brasileira aguarda o resultado de uma concorrência internacional para a construção de uma ferrovia de 540 km, para a qual apresentou o menor preço, enquanto quatro empresas estão prestando serviços na área de telecomunicações. A abertura de uma linha aérea regular e a instalação de um escritório do Banco do Brasil em Lagos devem ajudar bastante o incremento dos negócios.

Diversas outras transações já foram realizadas com o Togo, Gabão, Gana, Costa do Marfim, Mauritânia e Senegal, envolvendo automóveis, ônibus, artigos esportivos, construção civil, aviões, máquinas e implementos agrícolas.

Com Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné-Bissau, as relações comerciais tendem igualmente a aumentar. Nosso comércio com Moçambique passou de quatro para quarenta milhões de dólares, com a encomenda de 17 barcos de pesca a um estaleiro do Rio de Janeiro e de 600 tratores agrícolas a duas firmas de São Paulo, entre outros itens. Para a Feira Industrial de Maputo, inscreveram-se 48 empresas brasileiras, ocupando um pavilhão de 800 m², representativas de diversos setores de nossa indústria.

De lá para cá, igualmente, nosso interesse abrange itens importantes, como o petróleo da Nigéria e de Cabinda, e diversos outros recursos minerais expressivos, como o cobre de Zâmbia e do Zaire e o cromo da África do Sul, entre outros.

É verdade que existem fatores que pesam desfavoravelmente sobre nossos esforços, com intensidade crescente na medida em que forem sendo vencidas as barreiras de inibição inicial. Entre outros, devem ser citadas as ligações tradicionais das ex-colônias com as antigas metrópoles, que fazem, por exemplo, com que 18 países africanos gozem de tratamento preferencial com países da Comunidade Econômica Européia; as comunidades africanas de integração econômica, de que a Nigéria é um dos baluartes; e a atuação das multinacionais, que tendem a adotar uma divisão de trabalho de acordo com os interesses dos respectivos conglomerados.

dos, em desacordo muitas vezes com os interesses de países onde instalaram unidades produtivas subsidiárias.

A magnitude de nosso comércio exterior de exportação e importação, uma das características de nossa economia, traz conseqüências de ordem estratégica que conduzem à identificação de outros tantos interesses. Assim, nosso tráfego de petróleo passa pela rota do Cabo, responsável por 77% de nosso consumo global no ano de 1976. Sendo assim, é evidente nosso interesse na garantia do seu livre fluxo, o que aconselha o melhor relacionamento possível com a África do Sul, exigência que conflita com problemas de ordem política atualmente existentes. Em caso de conflito que impeça o uso dos portos desse país, Moçambique, na costa oriental, é a alternativa óbvia na rota marítima para o Mar da Arábia e para os caminhos da China e do Japão.

Também Cabo Verde e os países do saliente africano estão no caminho de nosso tráfego marítimo para a Europa, igualmente de grande expressão, enquanto na Nigéria e em Angola se encontra o petróleo de que tanto necessitamos.

Todas essas considerações nos levam a concluir que, no contexto de uma situação de conflito que envolva a defesa do Ocidente, nosso interesse maior estará normalmente na África Ocidental e Meridional, antes que em qualquer outra parte do mundo. Em verdade, uma visão geoestratégica mais ampla nos leva a considerar que nossa primeira linha de defesa estratégica afastada está na costa ocidental da África, e que qualquer potência hostil e agressiva que lá se instalar pode manter o Brasil sob permanente ameaça. Tal raciocínio nos leva a considerar a posição de influência que os países da costa ocidental africana desfrutam sobre nossa linha de costa. No contexto da guerra revolucionária, a existência de um regime radical em Angola, apoiado por soviéticos e contando com tropas de Cuba, pode nos ser totalmente desfavorável, a prevalecerem as técnicas de infiltração usadas pelos comunistas até agora. Basta lembrar o número de pequenas embarcações que alcançaram as costas brasileiras conduzindo refugiados portugueses.

Se Cuba criou-nos tantos problemas, conseguindo agir até na Bolívia, é fácil aceitar que Angola, com as afinidades notórias de língua, raça e cultura, tem condições de causar-nos muito mais. Assim, parece sensata a política de procurar manter o melhor relacionamento possível, minimizando as diferenças político-ideológicas em benefício da obtenção, quando menos, da boa vontade dos angolanos. Mesmo porque, a história recente da África registra muitos casos de regimes radicais que abrandam suas posições em decorrência de lealdades tribais ofendidas ou de interesses econômicos predominantes.

Finalmente, é sempre bom lembrar que, na última Grande Guerra, o Nordeste brasileiro esteve no caminho de ida e volta dos soldados americanos empregados na África, o que é mais um motivo para considerar que, em caso de conflito mais amplo, nosso envolvimento talvez seja inevitável. Até porque os portos brasileiros podem vir a ser uma das poucas possibilidades de escala ou apoio, no caso de forças navais ou aéreas ocidentais envolvidas em operações nessa parte sul do hemisfério.

A política atual

Em todos os pronunciamentos de nossas autoridades responsáveis pela conduta das relações exteriores, os propósitos de nossas relações com a África são caracterizados pelo uso de termos elevados, como é próprio da praxe diplomática, em que aparecem menções ao determinismo geográfico e às contingências da história, mescladas de expressões tais como a ética, o entendimento, a cooperação e a associação construtiva.

Na verdade, nossa política atual procura interpretar nossos interesses legítimos, como esboçados anteriormente, mas leva em conta as dificuldades defrontadas pelos jovens países africanos, mergulhados numa luta intensa para atingirem o desenvolvimento político, econômico e social. Assim, esses países são muito sensíveis às tentativas de cunho paternalista e hegemônico, que normalmente associam a posturas "neocolonialistas".

Na prática, procuramos manter aberto o leque de opções com os mais diversos países, que abraçam os mais diferentes tipos de organização política ou social. Damos ênfase ao intercâmbio comercial e à exportação de tecnologia, mas nos preocupamos também com as atividades no campo da cultura e da assistência técnica.

O Instituto Rio Branco, por exemplo, prepara futuros diplomatas da Costa do Marfim, de Gana e de Quênia, ao mesmo tempo que enviamos uma das representações mais expressivas no 2º Festival de Artes Negras e Africanas, realizado em fevereiro deste ano em Lagos, na Nigéria.

Em nossas universidades, existem estudantes da Nigéria, Guiné-Bissau, Angola, Gana, Cabo-Verde e Senegal, com bolsas de estudo do Itamaraty. De todos os países mencionados, apenas Cabo-Verde e Guiné-Bissau ainda não mantêm acordos culturais com o Brasil, instrumento básico para o desenvolvimento de tais programas. A vantagem deste tipo de acordo é que constitui uma atitude básica de boa vontade e de interesse funcional, gerando, pelo menos, o contato eventual entre funcionários graduados e mantendo as linhas abertas para entendimentos mais profundos.

A tendência de nossa política atual é incrementar tais acordos com os países de língua portuguesa, em particular, e com os países da costa ocidental, em geral, baseada principalmente na certeza do interesse daqueles países africanos no conhecimento, que o Brasil já possui, da tecnologia intermediária, adaptada às condições tropicais.

Procuramos melhorar cuidadosamente nosso relacionamento com Moçambique, desgastado desde o início, quando o Brasil não foi incluído entre os convidados para a festa da independência. O mesmo estamos tentando com Angola, tarefa mais difícil pela explosiva presença de tropas cubanas.

Temos desenvolvido relações muito promissoras com a Nigéria, que certamente interessam a ambas as partes visto que, entre os países industrializados, o

Brasil se beneficia da proximidade geográfica, com a vantagem adicional de não ameaçar os interesses nigerianos no continente africano, o que não ocorre com outros países ocidentais.

Nossa posição com relação à África do Sul é coerente com aquela adotada pela comunidade internacional com relação à política social vigente no país. Procuramos, entretanto, ser realistas: assim, à medida que repudiamos o *apartheid*, mantemos uma representação diplomática e ampliamos o intercâmbio comercial. No caso da Namíbia, apoiamos as resoluções da ONU no sentido da emancipação imediata do país, com a instalação de um Governo de maioria negra. E condenamos veementemente o Governo de minoria branca da Rodésia, como contrário aos interesses da paz mundial e discriminatório em relação às populações negras, evitando qualquer tipo de contato político ou comercial.

Acima de tudo, estamos convencidos de que podemos ajudar os países africanos com os quais compartilhamos interesses e afinidades, baseados principalmente no grau de desenvolvimento de nossa economia, nas características de nossa produção e na nossa experiência intensa com os problemas da luta pela emancipação social, econômica e política.

Conclusão

O Brasil tem inúmeros interesses no seu relacionamento com os países da África Ocidental e Meridional, tanto a curto como a longo prazo.

A expansão de nossas indústrias, imperativo do desenvolvimento econômico, depende do aumento progressivo de nosso comércio exterior, tanto o de exportações quanto o de importações. Os países da África que compõem as citadas regiões representam uma possibilidade real de absorção dos bens e serviços que produzimos, com as vantagens decorrentes da tecnologia mais adequada e das distâncias mais curtas, como têm mostrado as experiências já concretizadas. Além disso, nossos esforços em busca do desenvolvimento e do bem-estar devem certamente conter lições aproveitáveis para as jovens nações.

Nosso tráfego marítimo, responsável por mais de 95% da movimentação de nossas compras e vendas, demanda obrigatoriamente áreas focais controladas facilmente por condôminos de tais regiões, como é o caso da África do Sul, nas rotas que passam pelo cabo de Boa Esperança, e de Cabo-Verde e demais países do saliente africano, nas rotas da Europa e Mediterrâneo. É fora de dúvidas, portanto, que nos é importante a garantia de que tal fluxo possa circular livremente, ao abrigo e cuidado de países amigos.

Nos diversos organismos internacionais, o Brasil participa de posições comuns com os países das regiões consideradas, à exceção da África do Sul, e depende eventualmente do seu apoio para os pontos que pretende defender. Essa relação de dependência, que caracteriza o campo político-diplomático de nossos dias, torna evidentes as vantagens de um relacionamento montado nas bases firmes do conhecimento e do respeito mútuos. Ainda mais que a proximidade de nossas

costas tende a intensificar os contatos e as trocas, que se devem desenrolar no melhor ambiente possível, com vantagens recíprocas.

Mesmo no contexto de um conflito que envolva a segurança do Ocidente, caso em que nosso envolvimento inevitável será possivelmente restrito ao Atlântico Sul, é evidente a dependência dos países de ambas as margens de uma colaboração proveitosa.

Também no campo psicossocial, nossas afinidades históricas, étnicas e lingüísticas com a maioria dos países da região justificam o desenvolvimento de um programa cada vez mais amplo de atividades culturais. Nesse particular, os países de língua portuguesa representam um papel muito especial, uma vez que partilhemos uma herança comum, que devemos zelar com cuidado, em proveito próprio.

Esse painel resumido de nossos interesses gerais na África Ocidental e Meridional tem influenciado marcadamente o quadro atual de nossa política exterior. É evidente que a implantação de tal política encontra uma série de dificuldades, ligadas às limitações de nosso atual estágio de desenvolvimento, às condições peculiares de cada um dos países da região e ao conflito inerente aos interesses de outras nações européias e asiáticas que atuam na área, em especial a URSS.

A expansão soviética, que teve início com maior desenvoltura após a 2ª Guerra Mundial, assumiu proporções alarmantes após a queda do regime salazarista em Portugal e a conseqüente independência de suas ex-colônias.

Comprometida com a expansão de sua ideologia marxista-leninista e com os interesses de sua política imperialista, a URSS vem tentando substituir Portugal na África. De tais posições, tem ela condições de exercer pressão sobre as áreas "quentes" da África Meridional — a Rodésia, a Namíbia e a África do Sul — e de prestar apoio de toda a ordem aos movimentos de libertação que atuam clandestinamente.

É, sem dúvida, uma presença perigosa, que coloca em risco a paz mundial. Sendo a África do Sul um país rico e militarmente forte em comparação com os vizinhos africanos, e cuja posição de controle sobre a confluência de dois oceanos é muito importante para o Ocidente, é pouco provável que a URSS se aventure a tentar uma ação armada que nem os países africanos nem os contingentes armados de Cuba poderiam levar a cabo com sucesso. Os perigos de uma confrontação com o Ocidente seriam muito grandes. Assim sendo, as pressões serão feitas no campo político e no campo da guerra revolucionária, conferindo grande instabilidade à região.

A resolução das questões fundamentais ligadas à discriminação racial e à representatividade negra nos governos de minoria branca domina todas as preocupações na África Meridional, com repercussões em todo o mundo. A solução negociada, em que estão empenhados os EUA e a Inglaterra, está ainda longe de ser conseguida. As propostas de conciliação esbarram na firme posição do Governo de Pretória, irredutível em manter as raças separadas e o domínio das minorias brancas.

A URSS desenvolveu, para apoiar sua política mundial, um grande poder marítimo. Em conseqüência, seus navios mercantes ou de guerra têm visitado freqüentemente os portos da região, embora ainda não seja possível dizer que tenham conseguido uma base de apoio, pelo menos nos moldes que os EUA mantêm no exterior. É lícito, entretanto, supor que os portos de Moçambique, Angola, Congo e Guiné, principalmente, vão continuar oferecendo suas facilidades para os navios soviéticos, o que coloca as costas da América ao alcance da influência da Marinha soviética.

A nossa penetração na África Ocidental e Meridional, ditada pelos interesses identificados, sofrerá os influxos da ação intensa desenvolvida pelo MCI na região, visto que a expansão soviética adquiriu contornos mais agressivos nas ex-colônias portuguesas, justamente aquelas em que nossas esperanças encontram maiores fundamentos de consolidação.

A radicalização dos regimes dos países de língua portuguesa, certamente inibe e compromete contatos mais profundos entre governos. No momento, o governo de Agostinho Neto está preocupado em consolidar sua posição, organizar a vida nacional e conter os movimentos guerrilheiros no sul. Quando superar os momentos mais críticos, é certo que vai começar a atuar mais intensamente no âmbito externo, "exportando" a sua revolução. Embora os alvos naturais sejam os governos de minoria branca no sul do continente, é sempre possível seja tentado a fazer qualquer coisa do outro lado do Atlântico. Se considerarmos as nossas afinidades culturais e lingüísticas e a posição dominante dos portos angolanos sobre nossas costas, concluiremos existir a possibilidade de que uma tal ação seja muito efetiva.

Paralelamente, o radicalismo das posições pela presença comunista pode eventualmente afetar o apoio que precisamos nos foros internacionais. Daí encontramos justificativa para a nossa política exterior que, deixando em segundo plano as divergências ideológicas, procura assegurar a boa vontade e deixar abertos os caminhos do entendimento e da cooperação.

Por outro lado, estamos em pleno esforço para expandir nossos negócios com os países de língua portuguesa. O sucesso de tais iniciativas, entretanto, vai ser limitado pela dependência, cada vez maior, da economia soviética e cubana. Contamos, do nosso lado, com a vontade das economias locais de diversificarem suas fontes de suprimentos e com a falta de competitividade das economias comunistas. Mas é fora de dúvida que, no momento presente, as divergências políticas tendem a diluir as possíveis vantagens econômicas, colocando um teto em nossas pretensões, ou mesmo fazendo-as regredir.

Nossas ofertas de intercâmbio cultural vão esbarrar com a influência, em todos os setores da vida nacional, de soviéticos e cubanos, e com o desenvolvimento de programas de difusão da doutrina marxista-leninista. Talvez seja o setor onde melhor poderíamos atuar em real proveito para ambas as partes, mas será também o mais prejudicado pelo perigo de infiltração de idéias estranhas aos nossos padrões de convivência social.

O predomínio comunista nos países de língua portuguesa torna extremamente vulnerável nossa posição, pelo menos enquanto não for arrefecido o ardor revolucionário. O futuro imediato parece reservar uma época de grande turbulência para a região, sendo que qualquer solução para os problemas não poderá prescindir da ingerência das potências mundiais, mormente agora que os países do Ocidente parecem estar dedicando maior atenção ao que acontece na África.

O Brasil não pode ficar omissos em tais questões; entretanto, nossa participação deve, necessariamente, permanecer ao nível de nosso poder nacional. Sendo assim discreta, tal participação não poderá deixar de ser eficiente, pois estamos plantando agora as sementes de nossa ação futura, decorrente de nossa ligação irremediável ao quadro estratégico do Atlântico Sul.

BIBLIOGRAFIA

- ÁFRICA. Veja. São Paulo, 450 (n):32-9, 20 abr. 1977.
- AMIR, Samir. *Neo-colonialism in West Africa*. Trad. do original francês por Francis McDonagh. Nova York, Monthly Review Press, 1973, 298 p.
- BAHIA, Juares. África, a guerra quase perdida para o Ocidente. In: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 3 jul. 1977, p. 14.
- BARRATT, John. Southern Africa: a South African View. In: *Foreign Affairs*. Baltimore, Md, 55(1): 147-68, out. 1976.
- BISSEL, Richard E. New Waves in the South Atlantic. In: *Air University Review*. Washington, XXVI(3):38-44, mar. — abr. 1977.
- BRASIL exporta para Moçambique 40 milhões de dólares este ano. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 14 ago. 1977, p. 33.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. A política soviética, do passado ao futuro. In: *Documentação e Atualidade Política*. Brasília, 1(n):12-9, out. — dez. 1976.
- BURNS, John. Namíbia: a outra dor de cabeça de Vorster. In: *Jornal do Brasil (Caderno Especial)*. Rio de Janeiro, 1 mai. 1977, p. 4.
- COLUMBIA University. Research Institute on International Change. *Global Political Assessment*. Nova York, out. 1976 — abr. 1977.
- CROZIER, Brian, ed. *A estratégia de tempo de paz da União Soviética*. Trad. do Relatório Especial do Institute for the Study of the Conflict. Londres, fev. — mar. 1973.
- DANTAS, Rodolpho Godoy de Souza. *A Penetração Comunista na África e na América Latina (C26-3-70)* — Conferência na Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 4 set. 1970.
- DIAS, Luiz de Oliveira. Zaire: Uma feira de incoerências. In: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 16 abr. 1977, p. 21.
- EL-AYOUTY, Yassin, ed. *The organization of African Unity after ten years*. Nova York, Praeger Publishers, 1975.
- EVANS, Robert Davel. Redução naval do Ocidente causa temor entre europeus. In: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 3 jul. 1977, p. 15.
- GORSHKOV, Sergei G. *Red Star Rising at Sea*. Trad. do original russo por Theodore A. Neely Jr. Annapolis, Md. U.S. Naval Institute, 1974, 150 p.
- HERRICK, Robert Waring. *Soviet Naval Strategy*. Annapolis, Md. U.S. Naval Institute, 1968, 197 p.
- KENNEDY, Ronald W. A powerful Soviet Navy — Why? In: *Sea Power*. Washington, D.C., 17(3):8-13, jul. 1974.

- KEMP, Geoffrey. O novo mapa estratégico do mundo. In: *Jornal do Brasil (Caderno Especial)*. Rio de Janeiro, 8 mai. 1977. p. 2-3.
- KILSON, Martin, ed. *New States in the modern world*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1975. 254 p.
- LANGONI, Carlos Geraldo. O futuro do modelo brasileiro. In: *Jornal do Brasil (Caderno Especial)*. Rio de Janeiro, 5 jun. 1977. p. 2-3.
- LEDERER, Ivo J., ed. *Russian foreign policy*. New Haven, N. J., Yale University Press, 1962. 620 p.
- LEGVOLD, Robert. *Soviet policy in west Africa*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1970. 372 p.
- LOWENTHAL, Richard. Tem o comunismo uma alternativa para a ordem mundial? Não. In: *Jornal do Brasil (Caderno Especial)*. Rio de Janeiro, 26 jun. 1977. p. 2.
- MADUJIBEYA, S. A. Oil and Nigeria's economic development. In: *African Affairs*. Londres, 75(300):284-316, jul. 1976.
- MARDER, Murrey & OBERDORFER, Don. Porque a bomba sul-africana não explodiu. In: *O Globo*. Rio de Janeiro, 30 ago. 1977. p. 18.
- MATTOS, Carlos de Meira. *Brasil — Geopolítica e destino*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1975. 128 p.
- MORAES, Lauro Escorel Rodrigues de. *A crise da descolonização na África. Nacionalismo. Comunismo. Neocolonialismo. (C-110-69)*. Conferência na Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 7 jul. 1969.
- MOREIRA, Adriano. *A comunidade internacional em mudança*. São Paulo, Editora Resenha Universitária, 1976. 119 p.
- MOREIRA, Benedito Fonseca. *A economia mundial e o comércio exterior brasileiro*. Conferência na Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 13 jun. 1977.
- MOSS, Robert. África: a invasão cubana. In: *O Globo*. Rio de Janeiro, 3-9 abr. 1977.
- NA LUTA pelo poder, as tradições tribais. *O Globo*. Rio de Janeiro, 18 abr. 1977. p. 17.
- OURIQUE, Armando. Brasil luta na Nigéria por uma fatia do mercado. In: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 25 jul. 1977. p. 15.
- PARA que a URSS quer a África. *Jornal do Brasil (Caderno Especial)*. Rio de Janeiro, 14 ago. 1977. p. 2-3.
- PEREIRA, Roberto Gomes. *O Brasil e o mundo afro-asiático*. Rio de Janeiro, 1971.
- POLMAR, Norman. *Soviet-naval power: challenge for the 1970s*. Nova York, National Strategy Information Center Inc., 1972. 106 p.
- PRETO, Afonso Ceiso de Ouro. *A posição do Brasil face à África*. Conferência na Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 28 jul. 1976.
- ROCHA, Claudio Luiz dos Santos. *Posição do Brasil face à África Central*. Conferência na Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 29 abr. 1977.
- SCHAPIRO, Leonard, ed. *The URSS and the future*. Nova York, Frederick A. Praeger Publishers, 1963. 324 p.
- SCHATTEN, Fritz. *Communism in Africa*. Nova York, Frederick A. Praeger Publishers, 1965. 352 p.
- SILVEIRA, Antonio F. Azeredo de. *A Política externa brasileira*. Conferência na Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 10 dez. 1974.
- SIMONSEN, Mário Henrique. *Modelo brasileiro de exportações*. Palestra no encerramento da IX Conferência brasileira de Comércio Exterior. São Paulo, 20 abr. 1977.
- SIQUEIRA, Maria Tereza. A evolução política do continente. In: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 3 jul. 1977. p. 14.

- ESPINOLA, N. D. Petróleo decide futuro dos EUA e URSS. In: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28 ago. 1977, p. 34.
- STEVENS, Christopher. The Soviet Union and Angola. In: *African Affairs*. Londres, 75(299):137-51, abr. 1976.
- THOMPSON, W. Scott. Toward a communist international system. In: *Orbis*. Filadélfia, 20(4):841-55, inverno 1977.
- UNIVERSIDADES brasileiras acolhem 6 mil estrangeiros mediante acordos culturais. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 jun. 1977, p. 18.
- VIEIRA, Sérgio Waguelin. *Posição do Brasil face à África*. Conferência na Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 20 ago. 1974.
- VON DOELLINGER, Carlos. *Os blocos econômicos e os arranjos institucionais*. Conferência na Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 25 abr. 1973.
- ZAPPA, Italo. *A África subsaariana (T-107-75)*. Conferência na Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 21 mai. 1975.
- . *O Brasil e a África subsaariana (T-112-76)*. Conferência na Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 1976.